



CÂMARA DOS DEPUTADOS

CPMI-PETRO

Requerimento
Nº 751/14

REQUERIMENTO Nº DE 2014

(Do Senhor Carlos Sampaio)

Requer, em sintonia com as disposições constitucionais, legais e regimentais, sejam REQUISITADOS todos os ofícios endereçados pelos órgãos de controle à Petrobras e ao Conselho de Administração da Petrobras no período de 2004 a 2014.

Senhor(a) Presidente,

Nos termos das disposições constitucionais (art. 58 da CF/88), legais (art. 2º da Lei 1.579/52) e regimentais (art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal), requeiro seja submetido à deliberação do Plenário desta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito o pedido ora formulado de REQUISIÇÃO de todos os ofícios endereçados pelos órgãos de controle à Petrobras e ao Conselho de Administração da Petrobras no período de 2004 a 2014.

JUSTIFICAÇÃO

A Revista Veja teve acesso a um relatório sigiloso que a ouvidoria da estatal apresentou à diretoria executiva e ao conselho de administração. O documento seria de janeiro de 2011 e lista denúncias internas de corrupção e tráfico de influências na área do de abastecimento, comandada por Paulo Roberto. Em 2010, seriam 202. A ouvidoria julgou 41 delas como procedentes.

Subsecretaria de Apoio às Comissões
Especiais e Parlamentares de Inquérito
Recebido em 17/09/14

As 13:00


Reinaldo Prato
Secretário
Mat. 228130



CÂMARA DOS DEPUTADOS

A senhora Graça Foster teve acesso a todas essas informações. Mesmo assim o diretor teria sido afastado tempo depois e ainda influenciou na indicação do sucessor.



NINGUÉM DESCONFIU?

As revelações do ex-diretor Paulo Roberto Costa geraram reações de surpresa e indignação entre os políticos. Na Petrobras, porém, suas traficâncias eram mais do que conhecidas — e havia muito tempo

RODRIGO RANGEL E MALU GASPARI

Em sua última edição, VEJA revelou o conteúdo de uma delação premiada que tem potencial para provocar um terremoto na política nacional. Preso na sede da Polícia Federal em Curitiba, o engenheiro Paulo Roberto Costa, diretor por oito anos do setor de abastecimento da Petrobras, decidiu contar o que sabe sobre o megasquema de corrupção montado na estatal cujo objetivo era abastecer os cofres de partidos e o bolso de políticos ligados ao governo.

Em nos primeiros depoimentos, ele confirmou a parceria com grandes empreiteiras para arrecadar propina e citou como beneficiários um ministro, três governadores, seis senadores e pelo menos 25 deputados federais — entre eles, o ministro Edison Lobão, chefe da área de energia do governo, que tem a Petrobras como joia da coroa, e os presidentes da Câmara e do Senado, Henrique Alves e Renan Calheiros, além de vários outros sus-

trados políticos com assento no Congresso Nacional.

A repercussão das revelações de Paulo Roberto foi imediata. Os políticos acusados pelo ex-diretor apressaram-se a negar qualquer envolvimento com o esquema criminoso. "A delação premiada, quando usada para encobrir ou ocultar eventuais beneficiários, deve redundar em um agravamento de pena daquele que tentou manipular os rumos da apuração", dizia um texto divulgado pelo gabinete de Renan Calheiros. "Essas são acusações levianas e sem fundamento", afirmou Henrique Alves. O ministro Lobão, em nota, limitou-se a dizer que sua relação com Paulo Roberto Costa era apenas institucional. O presidente do PP, senador Ciro Nogueira, de maneira contundente, anunciou que renunciará ao mandato se ficar provada sua culpa.

As declarações de Paulo Roberto Costa atingiram em cheio o governo. O ex-presidente Lula demonstrou muita preocupação com os depoimentos já prestados. A



2



NINGUÉM SABIA

Em reunião no Planalto, Lula, a então ministra Dilma, o presidente da Petrobras, Sergio Gabrielli, e Paulo Roberto Costa, tratado pelo ex-presidente como Paulinho

das declarações prestadas por Paulo Roberto Costa às autoridades. Era obrigação dela, conforme afirmou, exigir do ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, e da Polícia Federal o respeito ao sigilo dos depoimentos. "Como a Dilma deixa acontecer uma coisa dessas?", criticou o ex-presidente. "É muita trapalhada."

A Petrobras tem sido motivo de desgaste entre criador e criatura. Para Lula, Dilma perdeu o controle da situação quando admitiu ter aprovado a compra da refinaria de Pasadena com base num parecer "falho".

Com esse gesto de sinceridade, ela teria levado o Planalto para o centro da crise. Agora, ao não conseguir coibir o vazamento da delação, a presidente teria contribuído para que o escândalo entrasse no campo do imponderável, o que representa um risco real de derrota do PT em outubro. Dilma também acusou o golpe. A presidente disse que era preciso, antes de qualquer coisa, ter acesso aos depoimentos e que tomaria as "providências cabíveis". A única providência concreta foi pedir à Polícia Federal que apurasse o vazamento das informações publicadas por VEJA. Do

lado oposto, os adversários de Dilma aproveitaram para torpedeá-la. "Não consigo imaginar que as pessoas possam confiar num partido que coloca por doze anos um diretor para assaltar os cofres da Petrobras", disse Marina Silva, do PSB. "Poucas vezes na história deste país assistimos a tanta desfaçatez", disparou o Luciano Aécio Neves.

A Petrobras é a ponta mais vistosa de uma estrutura grandiosa de corrupção e lavagem de dinheiro descoberta pela Operação Lava-Jato, deflagrada em março. Segundo a polícia, o esquema movimentou 10 bilhões de reais. De um lado, algumas das principais empreiteiras do país injetavam propina em contas de empresas-fantasma e, de outro, o dinheiro saía lavado para políticos e partidos. Aos delegados e procuradores que se revezavam para ouvi-lo, Paulo Roberto tem dado detalhes sobre o papel da Petrobras no abastecimento do esquema. Os partidos já citados — PT, PMDB e PP — tinham nichos de negócio na estatal e os contratos fechados rendiam "comissões" que eram distribuídas em seguida. Essa lógica, afirma Paulo Roberto, não se restringia à área que ele comandava. Segundo o delator, funcionava assim também em outras diretorias da estatal.

Especialista na área de energia, que comandou no governo Lula, Dilma assegura que nunca soube da existência do esquema. O que a presidente não viu, no entanto, todo o resto da empresa sabia — inclusive a presidente da companhia, Graça Foster, indicada por ela. VEJA teve acesso a um relatório sigiloso que a ouvidoria da estatal apresentou à diretoria executiva e ao conselho de administração. O documento é de janeiro de 2011 e lista denúncias internas de corrupção e tráfico de influência na área de abastecimento, comandada por Paulo Roberto. Em 2010, foram simplesmente 202. A ouvidoria julgou 41 delas como procedentes. Graça Foster teve acesso a todas as informações. Mesmo assim, Paulinho só deixou o cargo muito tempo depois — e ainda influiu na indicação do sucessor.

aliados, o petista disse temer que Paulinho, como chamava o ex-diretor, diga que cumpriu uma missão partidária, parte de um projeto maior de poder, levantando recursos para financiar a campanha presidencial dele próprio em 2006 e a de Dilma em 2010. Ou seja: há preocupação com o impacto das informações na reeleição de Dilma e na biografia de seu antecessor.

Mais uma vez, Lula responsabilizou a sucessora pela crise política que assombra as gestões petistas. Para ele, a presidente deveria ter impedido o vazamento



PROTOCOLO Renan Calheiros, Henrique Alves, Edilson Lobão e Ciro Nogueira: todos conheciam Paulo Roberto — e só

COM REPORTAGEM DE ALANA RIZZO






CÂMARA DOS DEPUTADOS

Ante ao exposto, necessária se faz a requisição de todos os officios endereçados pelos órgãos de controle à Petrobras e ao Conselho de Administração da Petrobras no período de 2004 a 2014.

Sala das Sessões, em de setembro de 2014.


DEPUTADO CARLOS SAMPAIO
PSDB/SP